

Razões para guardar: a escrita ordinária em arquivos de professores/as

Reasons for keeping: the ordinary writings in the teachers files

Ana Chrystina Venancio Mignot
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Maria Teresa Santos Cunha
Universidade do Estado de Santa Catarina

Mas essas coisinhas, é quase que
só a gente que vê ... e guarda.
(PRADO, 1988)

Resumo

40

Tanto os intelectuais da educação como os/as professores/as que atuam anonimamente na sala de aula reúnem documentos ao longo da vida. Os seus arquivos pessoais, entendidos como uma certa forma de escrita de si, permitem pensar na importância de uma "memória de papel" para o reconhecimento de diferentes propostas e práticas que, histórica e cotidianamente, inventam a escola e a sala de aula. Neste texto procurou-se inventariar as escritas ordinárias encontradas nestes arquivos, com o objetivo de discutir a importância de preservação e análise destes documentos para a pesquisa em História da Educação.

Palavras-chave: Escritas ordinárias. Memória. Arquivos pessoais.

Abstract

Intellectuals from the education field, as teachers in their classrooms, collect documents along their professional lives. Their personal files, which could be considered a kind of writing for themselves, make us think about the importance of a "writing down memory" as a way to recognize different proposals and practices that historically and daily have recreated the school and the classroom. This text attempts to conduct an inventory of ordinary writings found in those files for the purpose of discussing the importance of preserving and analyzing these documents in Education History research.

Keywords: Ordinary writings. Memoirs. Personal files.



Guardar é diferente de esconder. Guardar consiste em proteger um bem da corrosão temporal para melhor partilhar; é preservar e tornar vivo o que, pela passagem do tempo, deveria ser consumido, esquecido, destruído, virado lixo. Papéis escritos tidos como “ordinários”¹ tais como cartas, diários, autobiografias, dedicatórias, cadernos de receitas, cartões de felicitações e cartões-postais, até então escondidos dentro de gavetas, armários e caixinhas, “[...] tornam-se presentes como uma voz que nos interpela.” (FELGUEIRAS; SOARES, 2004, p. 110). Esses papéis guardam histórias individuais e familiares, trazem marcas da escolarização e permitem pensar distintas interpretações da escola e da educação.

Materializados em papel e tinta, produzidos pela mediação da escola, a grande maioria desses documentos enfrentou a passagem do tempo, e, agora estudados podem emergir como re-conhecimento, como possibilidade de não-esquecimento, como “lugar de memória”. Dentre eles, encontram-se também os múltiplos documentos produzidos durante a trajetória escolar: boletins e cadernetas escolares, cadernos de ditado, cópias, exercícios de caligrafia, deveres de casa, atividades de aula, álbuns de recordação, cadernos de poesias e cadernos de perguntas.

Produtores/as de papéis escritos, no mais das vezes no silêncio e no anonimato, muitos/as professores/as ajudaram a preservar escritos – “essas coisinhas” – que costumam ser deixados de lado como algo que não consegue conservar nenhum tipo de significação e apenas sobra porque aparentemente não guarda nenhuma importância e sentido. Guardam também as recordações da prática profissional, como relatórios de estágio, fichas de aula, cadernos de planejamento, relatórios de alunos/as e exemplos de atividades. Ao longo do tempo, estas formas de registrar o acontecer cotidiano da sala de aula sofreram mudanças evidenciando que não só os conteúdos mas também a distribuição do tempo e as metodologias foram alterados.

Os suportes e utensílios da escrita se modificaram. Os mais antigos são detalhados, manuscritos e em cadernos grampeados e pautados, com exercícios mimeografados colados e, muitos deles, repletos de decalques e recortes de flores, crianças, bichinhos e paisagens. Os mais recentes são datilografados ou digitados e impressos em folhas brancas soltas, numa escrita mais lacônica, com pouca descrição do que foi ou será realizado, restringindo o registro, na maior parte das vezes, aos objetivos, estratégias e formas de avaliação. (MIGNOT, 2003).

Uma das características mais perceptíveis e negligenciadas, juntamente com o utensílio da escrita – caneta tinteiro ou esferográfica – é a letra bem desenhada da professora, cujo talhe imprimia uma particularização definitiva aos documentos: letra de professora! Ela foi ficando cada vez mais livre, mais inclinada, mais diferenciada uma das outras e quase não se pode reconhecer nestas letras uma marca distintiva do saber profissional, já que “[...] a escrita ficou mais distanciada do desenho, da caligrafia, das dimensões controladas do corpo mas identificada, sim, com uma legibilidade entendida em termos comunicacionais.” (OSSANNA, 2002, p. 226).

42 Ao inventariar os documentos preservados em arquivos de professoras/as, o objetivo deste texto é trazer elementos que possam ajudar a refletir sobre a importância de preservar esses documentos aparentemente banais; dotar de outros significados os papéis escritos/guardados que passam do espaço privado para a visibilidade pública e desconstruir a crença de que os/as profissionais responsáveis por ensinar a ler e escrever, não escrevem. Talvez, os/as professoras/as não escrevam com a intenção de publicação, mas, em seus guardados, estão presentes inúmeras atividades por elas criadas, cotidiana e anonimamente, no interior das salas de aula. Ao iluminar estes papéis “ordinários” pode-se pensar na importância de uma “memória de papel” para o reconhecimento de diferentes práticas, costumes, rituais, ações e sociabilidades das e entre os/as professoras/as como ponto de partida para reinventar outros presentes, como lembra o historiador português Rogério Fernandes:

O papel é o suporte mais vocacionado para conservar o registro de momentos fugidios nas nossas vidas ou nas vidas dos outros. Aí temos dispersos pelas gavetas materiais díspares que são outras tantas histórias de vida revertidas ao contexto profissional: as velhas agendas cujos anos chegaram ao fim, nas quais foram marcados encontros, conferências a ouvir ou a proferir, projetos, concursos, moradas de novas escolas [...] mais laboriosos e mais ricos, os diários de aula, as memórias dos tempos letivos, as planificações letivas, os nossos trabalhos [...] são uma imagem baça do tumulto ou, pelo contrário, da pacatez daquilo que outrora foi vivo e atual. (FERNANDES, 2005, p. 25).

Para tanto, antes de adentrar pelas escritas ordinárias encontradas em arquivos de professoras/as, procuramos analisar os arquivos de inte-



lectuais da educação brasileiros com atuação marcante na cena pública, especialmente, nas décadas de 1920 e 1930, buscando chamar a atenção para os “documentos menores” que neles são encontrados. Propositalmente, deixaremos de lado os manifestos, artigos em jornais, revistas e livros, bem como as leis, decretos e portarias que assinaram. Nosso olhar dirige-se para cartas, fotografias, rascunhos, textos inéditos e bilhetes, buscando realçar as possibilidades interpretativas que esses documentos representam para a compreensão da vida desses/as educadores/as na História e na História da Educação. Aparentemente banais, eles iluminam posicionamentos políticos, redes de sociabilidade e espaços de legitimação.

Este texto contém um fio invisível que costura as suas duas partes: a esperança de que o entendimento da importância dessas escritas para a memória da educação brasileira desperte, em cada um e em todos que o lerem, um compromisso com a sua preservação, compromisso esse que emerge da compreensão da função social da memória².

Arquivos pessoais dos intelectuais da educação

43

Assim como os homens públicos que ocuparam proeminente lugar na cena política e cultural do país, muitos/as educadores/as renomados/as preservaram seus papéis. Alguns deles ocuparam cargos à frente de administrações que procuraram reformar a educação pública, como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. Outros, como Edgar Sússekind de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto, Paschoal Lemme e Cecília Meireles, para citar apenas uns signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, exerceram o magistério e participaram politicamente do debate educacional ou exercitaram a crítica às propostas educacionais postas em prática, por intermédio da atividade jornalística.

Ao reunir documentos pessoais e profissionais, esses intelectuais procuraram, como diz o historiador francês Philippe Artières (1998), arquivar a própria vida para preservar a memória, testemunhar acontecimentos, imortalizar a experiência. O autor afirma que arquivar-se para ter a identidade reconhecida, controlar a vida, recordar e retirar lições do passado, preparar o futuro e inscrever a existência: “Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo.”

(ARTIÈRES, 1998, p. 31). Guardar documentos de si mesmo, como assinalou Renato Janine Ribeiro, revela o desejo de perpetuar-se, mas sobretudo, responde ao desejo de forjar uma glória. Assim, os arquivos pessoais, encerram a intenção do titular de ser reconhecido pela posteridade por uma “identidade digna de nota.” (RIBEIRO, 1998, p. 35).

Muitos destes arquivos estão sob a guarda de algumas instituições responsáveis pela preservação da memória. O de Anísio Teixeira encontra-se no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, que contém vasto conjunto documental composto de 34000 documentos manuscritos, 600 documentos impressos e 502 fotografias, 199 cartões postais e 4 discos nos documentos audiovisuais, microfilmados, dividido nas séries documentos pessoais, correspondência, produção intelectual, legislação, temática, diversos e recortes de jornais³.

A vasta documentação deste intelectual compreende, além do período no qual esteve no Distrito Federal, sua presença a partir de 1924, na Diretoria da Instrução Pública da Bahia, no debate constituinte, suas atividades no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e, em muitas outras iniciativas que visaram reformar o país pela via da educação, como o debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e sua participação na Unesco e na Universidade de Brasília (UnB).

No arquivo de Anísio, destacam-se, além de rascunhos, textos manuscritos, notas, diários, bilhetes, cartões de visita e convites, as cartas de políticos, intelectuais, familiares, amigos e professores/as que escreveram a Anísio Teixeira para pedir, agradecer, cumprimentar, sugerir, cobrar, reivindicar, quando ele esteve à frente da Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal, entre 1931 e 1935. Até mesmo o carteiro que entregava diariamente mensagens de outros tantos remetentes que escreviam em defesa dos próprios interesses, mas, na maior parte das vezes, o faziam para interceder por familiares e amigos, não se fez de rogado e escreveu ao educador, pedindo emprego para um parente.

Os pedidos não se limitavam a empregos e benefícios no âmbito da rede pública de ensino, evidenciando assim que os remetentes o consideravam com uma posição de destaque tal que o credenciava para conseguir



favores até mesmo no gabinete presidencial. Os agradecimentos, por sua vez, se referiam ao atendimento de pedidos de nomeação ou intermediação para cargos, empregos nas escolas públicas, envio de livros e material escolar, apoio dado a entidades profissionais e cartas de apresentação para finalidades diversas. É possível que Anísio as tenha preservado com a intenção de testemunhar uma dada cultura política que atravessava a vida pública brasileira e, em especial, o sistema educacional, durante as primeiras décadas do século XX. (MIGNOT, 2005).

○ arquivo de Anísio tem uma íntima relação com outros arquivos de educadores de sua geração, sob a guarda do CPDOC, o que permite delinear parte do diálogo da intelectualidade brasileira sobre a educação, conforme já observou Luciana Heyman (2003). A correspondência de Anísio Teixeira com Lourenço Filho é particularmente importante. Se, na década de 1920, em estados diferentes, no Ceará e na Bahia, empreenderam as suas primeiras reformas, enfrentando problemas semelhantes para assegurar uma educação de qualidade para todos, no Distrito Federal, estiveram juntos, procurando dar visibilidade à causa a qual dedicaram suas vidas, tendo como palco a cidade que era a vitrine do Brasil⁴.

Durante o período no qual Anísio foi o Diretor da Instrução Pública, Lourenço Filho esteve à frente do Instituto de Educação e as cartas trocadas permitem entrever como a formação de professores foi uma questão crucial para esses renovadores, levando-os a discutir e elaborar diretrizes que favorecessem uma escola que partisse dos interesses das crianças, em substituição às velhas práticas pedagógicas.

A documentação de Paschoal Lemme pode ser encontrada no Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)⁵. Seu arquivo contém anotações, correspondências, livros, que ajudam a compreender sua trajetória de educador comprometido com a educação das camadas populares. Os escritos nele contidos permitem percorrer seu processo de formação e, nesse, como foi sedimentando sua sensibilidade em relação às questões sociais e educacionais de seu tempo.

○ mais jovem dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, também deixou registrado seu percurso profissional ao lado daqueles que, a partir de 1920, seriam os responsáveis pelas tentativas

de mudanças de rumo da educação nacional: Carneiro Leão, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Tendo ocupado diferentes cargos na administração da educação, Paschoal Lemme tinha uma particular visão da importância da educação de massas, pois havia se aproximado das teses fundamentais do marxismo que, como admitiu, o ajudaram a compreender a exploração do homem pelo homem. Preso em 1936, acusado de participação no levante comunista, Paschoal Lemme deixou seu testemunho da prisão política em um dos quatro volumes que escreveu de suas memórias:

Como ele próprio relata, o batismo do cárcere acabou constituindo uma experiência providencial para fixar, definitivamente, a direção de seu pensamento político-social e, conseqüentemente, educacional. A respeito observa: 'minha opção já havia algum tempo vinha sendo feita, e o que vi, ouvi e meditei durante aqueles sombrios meses que passei no presídio do Capitão Felinto Strubling Müller, só serviram para reforçar minhas convicções.' (FÁVERO; BRITO, 2003, p. 117).

46

As mulheres que dedicaram suas vidas ao ofício de ensinar e a discutir as políticas educacionais também preservaram documentos acumulados ao longo da vida. O arquivo de Armanda Álvaro Alberto⁶, assim como o arquivo de Paschoal Lemme, atualmente, encontra-se no PROEDES. Nele, as fotografias ocupam um lugar especial entre os papéis desta professora que foi precursora, no país, da adoção dos ideais montessorianos de educação, numa experiência ao ar livre, em Angra dos Reis, em 1919, diretora da Escola Regional de Meriti, criada em 1921, em Duque de Caxias, fundadora da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, signatária do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, prisioneira política em 1936/1937.

Envoltas em papel de seda, acondicionadas em álbuns, divulgadas na imprensa, publicadas em seus livros, as fotos oferecem uma visão geral de sua história de vida. Assim como outros objetos autobiográficos – cartas, relatórios escolares, livros de ouro, livros-caixa, bilhetinhos, textos inéditos, cadernetas de anotações, álbuns de recortes de jornais – elas sinalizam mudanças em sua trajetória.

Artifícios inventados para fixar a memória, evitar o esquecimento, garantir um lugar na posteridade, as fotografias evidenciam o lugar social



daquela que acumulou fragmentos da vida em pedaços de papel. Eternizam momentos significativos, revelando espaços de atuação e desvelando estratégias adotadas para que a voz feminina se fizesse ouvir no debate educacional. Anotadas ou legendadas, os pequenos textos que acompanham as fotografias guiam o olhar do observador para o que deve ser armazenado, retido, valorizado. Preservadas como objetos-reliquia expressam a tentativa de legar uma dada imagem que tinha de si mesma, do trabalho que desenvolvia, da importância que desempenhou em movimentos de renovação educacional e democratização do País. (MIGNOT, 2002).

Os escritos de Cecília Meireles, por sua vez, encontram-se dispersos em muitos arquivos. Uma parte significativa está sob a guarda da família, que tem disponibilizado fotografias, poemas e crônicas que têm sido estudadas e publicadas. Recentes estudos feitos e/ou publicados, especialmente por ocasião das comemorações do seu centenário de nascimento, em 2001, quando sua obra foi reeditada, as publicações procuraram dar visibilidade à sua presença na vida intelectual brasileira, e a sua atividade no magistério foi objeto de análise. Estes trabalhos mostram como Cecília Meireles se aproximou do ideário da Escola Nova, aproximação esta que não se resumiu a ser professora, dirigir uma escola no Distrito Federal, escrever e editar a página da Educação, no *Diário de Notícias*, entre 1930 e 1934. Ela foi responsável pela criação da primeira biblioteca pública destinada às crianças, a Biblioteca Infantil do Pavilhão Mourisco⁷.

No arquivo de Fernando de Azevedo, que está na Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, encontram-se as cartas por ela escrita e nas quais pode ser compreendida a sua inserção no debate educacional da conturbada década de 1930, quando as posições ideológicas, políticas e religiosas estiveram acirradas. (LAMEGO, 1996; VIDAL, 2001).

Críticas à política educacional implantada desde a saída dele do cargo de Diretor da Instrução Pública, os bastidores do Manifesto dos Pioneiros, comentários sobre livros escritos, lidos, publicados e em elaboração, também povoam as páginas destas mensagens. Fernando deve ter guardado as cartas de Cecília, juntamente com as de outros educadores, porque eram entendidas por ele como portadoras de valor histórico, reveladoras dos múltiplos embates dos renovadores para fazerem valer os ideais de uma educação democrática.

Alguns arquivos permanecem sob a guarda das famílias. É o caso, por exemplo, de Edgar Sussekind de Mendonça, preservado ao longo do tempo por um sobrinho que tem sido incansável em disponibilizar a documentação a pesquisadores/as. Assim como Armanda Álvaro Alberto, com quem Edgar se casou, em 1928, o arquivo pessoal deste educador que esteve presente na fundação Associação Brasileira de Educação (ABE), escreveu vários livros e teve intensa participação no debate educacional e político de seu tempo, têm recortes de jornais, fotografias, pequeninos livros escritos na infância, diários e notas de leitura. Em meio a essa farta documentação, as cartas recebidas na prisão política, entre 1935 e 1936, chamam a atenção.

A acusação de comunista que atingiu Edgar Sussekind de Mendonça, segundo Hermes Lima – que foi preso na mesma época –, em *Travessia*, seu livro de memórias, publicado em 1974, resultava das acusações que Anísio Teixeira vinha sofrendo por parte dos católicos e integralistas que o denunciavam por ter criado um foco esquerdista e comunista no ensino público e, em particular, na Universidade do Distrito Federal (UDF). Os rótulos de comunista e esquerdista constituíram-se em expressões mágicas que justificavam toda e qualquer repressão para conter tudo aquilo que fosse visto como prejudicial à ordem instituída.

A banalização da expressão, obviamente, implicou em prisão mesmo daqueles que não tivessem sobre si mesmos nenhuma acusação particular. Sobre ele pesava o fato de ter sido orador de sessões promovidas pela Aliança Nacional Libertadora, ter presidido o Clube de Cultura Moderna que teve a participação, entre outros, de Aníbal Machado, Jorge Amado, Roquette Pinto e José Lins do Rêgo e de ter assinado uma série de manifestos contra o avanço do nazi-facismo. As cartas recebidas de intelectuais, amigos, alunos e familiares, durante a prisão política, provavelmente foram preservadas como prova de amizade entre pessoas unidas por laços de sangue ou amalgamadas pela crença na importância da educação, da democracia e da liberdade. (MIGNOT, 2002a).

Em que pese o empenho destes educadores e educadoras em preservar seus papéis que permitissem a elaboração de biografias edificantes, como verdadeiros legados às futuras gerações e provas incontestes da participação que tiveram nos principais eventos políticos e educacionais do país, durante muitos anos, eles não foram suficientemente valorizados.



Até então, a História da Educação estava muito voltada para a legislação e os feitos dos homens públicos. Somente a partir da última década, na afluência de algumas novas questões – expressas no estudo de temas como, por exemplo, a cultura e o cotidiano escolares, as redes de sociabilidade, o fazer ordinário das escolas, a imprensa pedagógica, as histórias de vida de professores, professoras, alunos e alunas – e abordagens historiográficas ligadas a novas ferramentas conceituais vindas da Antropologia e das Ciências da Linguagem, trazendo um refinamento na presença e na análise de novos objetos; esta documentação dita “ordinária” passou ser estudada e aprofundou-se a compreensão de que ela poderia permitir a análise de temas igualmente relevantes até então considerados pouco confiáveis. (LOPES; GALVÃO, 2001).

Nesse contexto, parece inegável que as novas perspectivas de investigação em História da Educação estejam centradas tanto na materialidade dos fatos como nas análises das práticas discursivas que as compõem e as inscrevem em um espaço-tempo dado. Em última instância, esta mudança de coordenadas ou de enfoque está diretamente ligada com a presença das subjetividades na análise histórica, em boa medida como consequência das mudanças ocorridas com a crise da modernidade que, ao valorizar as experiências ditas “comuns” criou as condições para um “ressurgimento” um “retorno” do eu-significante. (FERRER, 2005, p. 141).

A escola em papéis de professoras

Não são apenas os/as educadores/as que tiveram destaque na cena pública que preservam documentos. Os escritos que povoam as caixas de guardados de professores/as permitem compreender a importância da escrita na vida de cada um e de todos. Tais documentos registram uma particular experiência profissional: a primeira escola, a primeira turma, um aluno que aprendeu a escrever, um curso realizado, uma festa promovida, um embate para colocar em prática uma proposta, os dilemas e acertos provocados por uma nova metodologia empregada, uma mudança na legislação, uma reforma administrativa, uma formulação de planejamento e até mesmo um novo direcionamento político-pedagógico. Em alguns arquivos dos professores e professoras que atuam nas escolas, podemos encontrar para além

de documentos pessoais, que todos nós acumulamos ao longo da vida e que comprovam a nossa existência, escritas ordinárias de natureza autobiográfica e profissional.

Estes documentos começam a despertar um interesse cada vez maior dos/das historiadores/as da educação⁸. Na esteira dos estudos pioneiros de Antonio Nóvoa sobre a pesquisa (auto) biográfica já existem no Brasil estudos sobre o tema e que permitiram a realização de um evento que, em 2006, na Bahia, terá a segunda edição: o Congresso Internacional de Pesquisa (Auto) biográfica, nos quais têm sido examinadas diversas perspectivas teóricas e a necessária interlocução de pesquisadores de diferentes países e tradições disciplinares. Alguns esforços isolados também têm se dirigido para a escrita na escola e sobre a escola.

No âmbito da História da Educação, a Sociedade Espanhola de História da Educação também tem se voltado para o tema, particularmente associado à discussão sobre cultura material da escola. Do congresso realizado na Universidade de Burgos em 2003, resultou o importante livro *Etnohistoria de la escuela*, que reuniu inúmeros trabalhos sobre práticas e relações estabelecidas na escola, e, na sessão destinada aos textos e escritas escolares, juntamente com narrativas autobiográficas, sobressaem-se estudos sobre discursos, relatórios e cadernos escolares, por exemplo.

Estudos com a escrita ordinária de professoras de natureza autobiográfica, em uma abordagem histórica podem ser vistos no Brasil. Entre outros, podem ser citados os realizados por Cynthia Pereira de Souza, Denice Bárbara Catani, e Paula Perin Vicentini⁹ que analisam lembranças de sala de aula em autobiografias escritas por professores/as aposentados (as).

Nesta clave de abordagem, merece registro, também, a organização dos livros: *Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica e Destinos das letras: história, educação, escrita epistolar*¹⁰ que reuniram estudos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, alguns dos quais se detendo na análise de arquivos, diários íntimos e cartas de professoras e professores. Cadernos escolares e álbuns de poesias e recordações de professoras¹¹ também já foram alvo de investigação histórica nessa área de estudos e confirmam um interesse crescente dos pesquisadores em buscar compreender as práticas docentes a partir de documentos menores, quase negligenciáveis.



Voltando-se para o diário profissional sobre a coordenação pedagógica da rede pública municipal do Rio de Janeiro, que elaborou entre 2000 e 2002, Elaine Constant Pereira de Souza (2004), por sua vez, concluiu que ao iniciar esta escrita, na surdina, nos bastidores, pretendia desabafar, confessar seus impasses e encontrar saídas possíveis para o processo ensino-aprendizagem, a partir dos relatos e observações recolhidas em sua escola.

Elaborado durante o período de implantação de mudanças na avaliação e de construção do projeto político-pedagógico de sua instituição, nesse diário, ele testemunha como as inovações são apropriadas pelas professoras em seus fazeres profissionais, permitindo aos pesquisadores compreender, para além do currículo proclamado, o currículo praticado pelas professoras. O estudo de um diário sobre a vida profissional permitiu examinar que a vida pessoal e profissional estão imbricadas, e que as observações, mesmo as mais pretensamente marcadas por preocupações com o trabalho, deixam escapar questões meramente pessoais e crenças, concepções e valores muito próprias da diarista.

Investigando um caderno de registros escrito, em 1933, por uma professora mineira e preservado pela família, Edwiges Zaccur (2003) observou que havia nessa escrita uma prática pesquisadora na medida em que, diferentemente dos planos de aula tecnicamente elaborados da forma que hoje se utilizam, nesse, a professora priorizava um relato mais livre, menos cronometrado, mais cheio da experiência rica e complexa da sala de aula. A família provavelmente guardou esse caderno porque ele continha a experiência de um ente querido, mas a professora deve ter feito isso porque se orgulhava das inovações que procurara colocar em prática na sala de aula.

Entre as escritas ordinárias de natureza profissional, encontram-se ainda os relatórios sobre as atividades escolares produzidos por diretores, inspetores de ensino e assistentes técnicos¹², visando prestar contas, controlar ou orientar as mudanças que pretendiam ser implementadas nas escolas. Considerados documentos oficiais, muitos deles foram conservados em arquivos escolares que, via de regra, não preservam os escritos de professores e de alunos que, igualmente, ajudariam a compreender as práticas pedagógicas, a aprendizagem da leitura e da escrita, a chegada de novos artefatos técnicos às escolas, a cultura e o cotidiano escolar.

Atendendo à legislação específica que determina o que deve ser guardado ou descartado nos arquivos escolares, muitas escolas dispensam documentos que poderiam contar a história de cada instituição e do exercício profissional. Guardam apenas aqueles que dizem respeito à matrícula e à promoção dos/as alunos/as. Eles são importantes, mas não contam a vida vivida nas salas de aula. Muitos dos que sobreviveram à ação do tempo, dos fungos, dos cupins, ficam na escola, esquecidos num canto qualquer.

É importante observar que muitos/as professores/as escrevem diariamente: corrigem os cadernos dos alunos deixando palavras de estímulo e reprimenda, mandam recados para os pais para comunicar sobre o rendimento dos filhos, lembrar uma festa, cobrar um livro, informar as faltas, solicitar encaminhamentos médicos, entre muitas razões. Os/as professores/as também fazem diários nos quais anotam o conteúdo trabalhado, as presenças dos alunos e observações diversas.

Preenchem formulários. Fazem relatórios. Lançam notas. Elaboram fichas de observação. Alguns destes documentos são levados para casa. São dos/as professoras ou são da escola? Qualquer que seja a resposta, o certo é que, graças ao empenho em guardar as atividades suas e de seus alunos em seus arquivos pessoais, nas suas casas, é que hoje temos possibilidade de ter acesso a essa documentação.

Um exemplo da possibilidade de acesso a uma documentação pessoal desse porte pode ser relatado quando, mais recentemente, entre 1957 e 1962, os escritos diários produzidos como cadernos de planejamento diário e primorosamente guardados durante quase 50 anos por sua autora, D. Maria Heloísa, professora gaúcha da cidade de Camaquã, funcionaram como chaves para entender os fazeres de sua atividade docente como professora primária. Como o caderno estudado por Edwiges Zaccur e aqui já referenciado, o acesso a esse material foi facilitado pela própria família, no caso, a filha da professora D. Maria Heloísa. Trabalhados na clave das "escritas ordinárias" permitiram historiar práticas cotidianas da escola e conhecer fragmentos de saberes vigentes no período e que confluem para a construção de memórias da cultura escolar. (CUNHA, 2005a; 2005b).

Como parte constitutiva de um acervo pessoal, ainda não disponibilizado ao conjunto de pesquisadores, esses documentos ganham estatuto de relíquia, carregam traços e vestígios de um outro tempo e a perda aparente



de sua função, na atualidade, é compensada com a polissemia de suas significações para a História da Educação e das práticas escolares. Em seu conjunto, estes documentos se abrem para um campo de investigação atraente que inclui aspectos como a valorização das experiências de pessoas que participam ativamente delas e, especialmente, para o sentido e o significado que lhes outorgam, pela via do escrito.

Aparentemente pouco importantes, eles são resultado tanto de imposições institucionais (via planejamento escolar) como da vontade de testemunhar um vivido. Neles, a escola é uma presença tácita que impõe o registro de uma experiência e, por conseguinte, produz um discurso em relação a uma cultura pedagógica específica. Construir a historicidade desses materiais, tão envolventes e raros, envolve um ato interpretativo e a incorporação da premissa de que o real, nesse sentido, é sempre uma construção. (CHARTIER, 1989).

Além das escritas ordinárias produzidas na escola, por dever de ofício, os/as professores/as produzem outros documentos que guardam relações com a docência. Este é o caso de uma professora que, em 1965, participou, no Rio de Janeiro, de uma atividade de formação: o Curso de Jardim. No caderno "Companheiro", preservado em meio a outros tantos documentos pessoais e profissionais, em cuja capa está estampada a imagem de uma menina sorridente, de olhar angelical e, na contracapa, o mapa do País, com dados sobre a superfície e a população estimativa, anotou as aulas do curso ministrado por Heloísa Marinho¹³, educadora que se destacou no cenário educacional pelo trabalho desenvolvido em diferentes instituições de ensino responsáveis pela formação de professoras e por sua produção bibliográfica sobre educação pré-escolar e alfabetização, particularmente em seus livros *Vida e educação no Jardim de Infância* (1952), *Vida, educação e leitura* (1976), *Currículo por atividades* (1978), e *Estimulação essencial* (1978), nos quais evidenciou suas preocupações com a aprendizagem da leitura e da escrita e a aplicabilidade das investigações às práticas pedagógicas da pré-escola.

Documento raro, visto que os registros de professores e alunos, via de regra, são destruídos e desprezados, este caderno guardado por mais de quarenta anos traz elementos sobre as propostas pedagógicas para este nível de ensino que circularam no início da segunda metade do século XX, e que, certamente, foram apropriadas em muitas salas de aula, uma vez que

os cursos oferecidos por aquela educadora, tanto no Instituto de Educação como no Colégio Bennet, eram extremamente procurados por professoras cariocas que pretendiam dedicar-se ao jardim de infância e à alfabetização. Em meio a anotações com caneta tinteiro e desenhos coloridos de quadros, brinquedos e equipamentos, cuidadosamente copiados pela professora Anna Amélia, que buscava especializar-se para desenvolver o seu trabalho com turmas de jardim de infância, aparecem pensamentos sobre a missão do magistério, músicas para acalmar e seduzir, orientações sobre a arrumação da sala de aula, com recomendações, sugestões e indicações também sobre a decoração, a organização do horário escolar e os equipamentos.

Visto como fonte privilegiada para a compreensão de questões que perpassaram a formação de professoras e a cultura escolar no período, assim como as apostilas, os textos e os livros publicados por Heloísa Marinho sobre linguagem, leitura e escrita na pré-escola e na alfabetização, este caderno oferece a oportunidade de investigar, nos temas tratados e nas atividades propostas, nas quais se destacam as recomendações e as prescrições sobre o material escolar e os modos de preparo do mesmo, as preocupações pedagógicas da educadora que influenciaram na arquitetura, no interior das salas de aula, nos pátios e nos usos do tempo escolar, desse nível de ensino.

Foi em função destas artes de guardar feitas isoladamente por tantos/as professores/as que puderam ser reunidos documentos que, hoje, fazem parte do acervo de algumas instituições públicas de preservação de memória da educação e que estão sendo levadas a efeito como o Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro, sediado na antiga Escola Municipal Rivadávia Correia; o Centro de Referência da Escola Pública Mário Covas; em São Paulo, o Centro de Referência do Professor e o Museu da Escola de Minas Gerais; em Belo Horizonte e o Museu da Escola Catarinense, em Florianópolis, alguns deles em consolidação.

Finalmente, vale lembrar que ao remexer os documentos contidos em seus arquivos pessoais, os professores e professoras têm possibilidade de refletir sobre a importância do magistério em suas vidas, pois eles guardam histórias de vida e de formação, formação essa que não se esgota nos bancos escolares, pois ganha força no dia-a-dia da sala de aula. Aliás, a professora Lílian Moura da rede pública municipal de educação de Niterói, em 2003, envolvida com o remexer de seu arquivo pessoal, durante um curso



do qual participou, escreveu uma carta às colegas da escola contando sua descoberta sobre a importância destes velhos papéis. Ela afirma:

Nossos guardados, certamente têm coisas que quando vamos buscar, nos sensibilizam, fazem nossas lembranças viajarem no tempo, ajudando-nos a entender porque escolhemos ser professoras e não uma outra profissão. Cada uma de nós tem caixinhas onde guardamos bilhetes, cartas inesquecíveis, cartões postais, convite de formatura, nossos primeiros cadernos, os caderninhos de nossos filhos nas primeiras experiências escolares, cadernos de planos, fotografias, enfim, temos lá no cantinho do armário, muitas relíquias que precisam ser socializadas. O curso mostra isso pra gente. Mostra que a história da educação é feita por nós. Por isso, devemos preservar essas histórias privadas também, pois nada mais belo é poder olhar a nossa experiência, trocando relatos, papéis e documentos que nos ajudam a entender o nosso fazer na educação. (MOURA, 2003, s/p).¹⁴

Para concluir...

Os arquivos pessoais, via de regra, contêm documentos de naturezas diversas que resultam de diferentes estações da vida expressando tanto a vontade de forjar uma glória como um desejo de guardar os momentos mais significativos. Uns tratam de momentos solenes, ocasiões especiais, fatos públicos, militância política. Outros trazem os laços de afeto, o processo de construção de trajetórias, o refinamento de uma idéia ao longo de rascunhos e textos. Os documentos que permanecem nos arquivos pessoais são aqueles que resistiram ao tempo, à censura de seus titulares e à triagem das famílias.

Veza por outra, em determinadas situações de vida, estes documentos são relidos, rasgados, distribuídos, classificados. Passam sempre por inúmeros descartes: por falta de espaço, porque não se lembra mais do seu significado, porque o papel traz lembranças dolorosas, enfim, não faltam razões para que caiam no esquecimento. O mesmo acontece com os arquivos de educadores renomados e dos professores/as que atuam nas escolas.

Mergulhar nos papéis 'ordinários/miúdos' guardados por professores e professoras que atuam anonimamente nas escolas, permite apreender

saberes, crenças, valores e práticas considerando-as como partícipes de uma “[...] história da linguagem e da cultura escrita [...] uma história das diferentes práticas do escrito [...] capazes de gerar modos de pensar o mundo e construir realidades.” (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 133). Esses papéis, diferentemente daqueles que foram guardados por educadores/as renomados/as, contêm o acontecer cotidiano da sala de aula e ao transcender a fragilidade do presente, materializam uma memória escolar.

Papéis antes tratados principalmente pela sua utilidade (valor de uso) passam cada vez mais a valerem pela sua capacidade de remeter a outra coisa (valor de signo) e remetem para uma compreensão do conjunto de fazeres praticados no interior das escolas. De forma menos convencional, estes documentos tratam também das reformas educacionais, das políticas, das propostas de ensino, na perspectiva daqueles que acatam ou subvertem as imposições e enfrentam dificuldades e dilemas, para colocar em prática aquilo que foi elaborado pelo poder público.

Pesquisadores/as e historiadores/as da educação, em particular, interessados em compreender as práticas escolares têm hoje, pelo menos, um duplo desafio: conquistar a confiança de antigos/as professores/as para adentrar em suas casas, visando consultar os papéis acumulados ao longo da vida ainda protegidos dos olhares indiscretos; e, disseminar entre aqueles/as que exercem o magistério a necessidade de guardar as escritas produzidas na escola e sobre a escola, na própria instituição na qual trabalham, visando preservar uma memória da educação brasileira. Convencidos/as da importância das escritas ordinárias escolares para a compreensão de práticas e processos pedagógicos, certamente, serão os/as professores/as não só os/as maiores interessados/as, mas os/as grandes aliados/as nas artes e nas razões para guardar.

Notas

- 1 Considerados na perspectiva as escritas ordinárias, conforme Fabre (1993).
- 2 Sobre o papel social da memória, ver Felgueiras (2005, p. 88). Para ela, “[...] a afirmação da memória anda a par da emergência e exercício de um poder e de sua legitimação.”
- 3 Para maiores informações sobre a documentação, consultar o descritor do arquivo também divulgado no *site* da instituição: www.cpdoc.fgv.br



- 4 Esta expressão usada por Clarice Nunes, (1999) em sua análise da reforma de Anísio Teixeira no Distrito Federal, sintetiza não só a importância cultural, política e econômica da então capital da República, mas também a visibilidade que a reforma da educação teria nesta cidade para aqueles que a promoveram.
- 5 A respeito de Paschoal Lemme, consultar Brandão (1999).
- 6 Ver Mignot (2002).
- 7 Ver Pimenta (2001). A biografia da poeta e educadora pode ser vista no verbete elaborado por Lobo 2002.
- 8 Vale lembrar que estudos que privilegiam a escrita autobiográfica procuram evidenciar a importância destas “escritas menores” para a compreensão da História e da História da Educação. Recorrendo a ego-documentos, no caso narrativas de vida e formação, para tratar da relação professor-aluno na escola primária portuguesa em fins do século XX, Rogério Fernandes tece observações sobre a cultura material da escola, lembrando que ela é constituída dos objetos e instrumentos usados no exercício da atividade de ensino-aprendizagem, mas que a escola “não é apenas um universo de objetos”. Tomando como referências os testemunhos sobre a memória escolar, o pesquisador chama a atenção para o fato de que nas histórias de vida relatadas por escrito, especialmente para sua investigação, a memória que se tem da escola transcende os projetos pedagógicos aplicados e os objetos escolares usados com finalidades igualmente educativas. Para ele, “[...] a leitura crítica que a memória da escola proporciona pode levar-nos a transpor a sua face material”. A memória da escola é “[...] também um mundo de pessoas e um tecido de relações pessoais.” (FERNANDES, 2005, p. 24).
- 9 Das autoras Mignot e Cunha (2003 e 2004).
- 10 Organizados por Mignot, Bastos e Cunha (2002) e Bastos, Cunha e Mignot (2003).
- 11 Referimo-nos aos nossos textos presentes na coletânea Histórias e memórias da educação no Brasil, organizada por Stephanou e Bastos (2004).
- 12 Sobre os inspetores e diretores de escolas, consultar Faria Filho (2000). Sobre os assistentes técnicos ver Lopes (prelo), no qual a autora tomando como ponto de partida, um relatório de um assistente técnico, interpreta a criação dos museus escolares e dos centros de referência de professores, no contexto da criação dos museus e, entendendo-os como lugares de memória da educação, discute a importância dos mesmos para o ensino e a pesquisa em História da Educação. Ver também Cunha (2003).
- 13 Sobre esta educadora consultar Leite Filho (2002).
- 14 Trata-se do Curso Traços da memória: escola e cultura escrita, coordenado por Ana Chrystina Venancio Mignot, promovido pela Secretaria Municipal de Educação e Fundação Municipal de Educação de Niterói, em 2003, que teve por objetivos: proporcionar a reflexão sobre as práticas de escrita cotidiana; socializar as pesquisas sobre práticas de escrita no cotidiano escolar; aprofundar as discussões sobre as práticas de memória docente construídas na escola e que, por sua vez, também a constroem; e, analisar intenções educativas, práticas pedagógicas, usos do tempo e a cultura escolar na escrita de alunos. Outras experiências de formação continuadas, incluindo exposições sobre escritas ordinárias têm sido promovidas pela mesma com a finalidade de divulgar a importância de preservação da memória escolar.

Referências

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1988.

BRANDÃO, Zaia. **A inteligência educacional**: um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e histórias da Escola Nova no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. (Org.). **Destinos das letras**: história, educação, escrita epistolar. Passo Fundo: EDUPF: 2003.

CASTILLO GÓMEZ, António. La cultura escrita en la larga duración. **Educação/Unisinos**, São Leopoldo, v. 7, n. 12, p. 129-169, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1989.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Uma visita do senhor inspetor: cultura cívica em relatórios escolares. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio; CUNHA, Maria Teresa Santos. (Org.). **Práticas de memória docente**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 51-62.

CUNHA, Maria Teresa Santos. História, educação, civilidades: a correspondência como um saber escolar na Escola Normal entre as décadas de 1930-1950. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 121-138, 2005.

_____. **No tom e no tema**. As escritas ordinárias na perspectiva da cultura escolar (segunda metade do século XX). In: SEMINÁRIO SOBRE CULTURA ESCOLAR: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS, 2., 2005. Curitiba: UFPR, 2005a. 1 CD-ROM. (texto mimeo).

_____. Copiar para homenagear, guardar para lembrar: cultura escolar em álbuns de poesias e recordações. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005b. p. 347-362. (v. III, século XX).

HEYMAN, Luciana Quillet. Memória dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: os arquitos de Anísio Teixeira e Lourenço Filho. In: MAGALDI, Ana Maria e GONDRA, José. (Org.). **A reorganização do campo educacional no Brasil**: manifestações, manifestos e manifestantes. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 99-110.

FABRE, Daniel. (Org.). **Écritures ordinaires**. Paris: Centre Georges Pompidou/Bibliothèque Publique d'Information, 1993.

FARIA FILHO, Luciano. Profissionais da educação, cultura escolar e relações de gênero. In: MAGALHÃES, Justino; ESCOLANO, Agustín. (Org.). **Os professores na história**. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2000. p. 147-163.



FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. Memória e escritos de um educador. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio; CUNHA, Maria Teresa Santos. (Org.). **Práticas de memória docente**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 113-132.

FELGUEIRAS, Margarida Louro; SOARES, Maria Leonor Barbosa. O projeto "Para um Museu Vivo da Escola Primária" – concepção e inventário. In: MENEZES, Maria Cristina. (Org.). **Educação, memória, história: possibilidades, leituras**. Campinas (SP): Mercado das Letras, 2004. p. 105-130.

FELGUEIRAS, Margarida. Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. **Pro-Posições**, Campinas, v. 16, n. 46, p. 87-101, jan./abr. 2005.

FERNANDES, Rogério. Cultura de escola: entre as coisas e as memórias. **Pro-Posições**, Campinas, v. 16, n. 46, p. 19-39, jan./abr. 2005.

FERRER, Alejandro Tiana. La historia de la educación en la actualidad: viejos y nuevos campos de estudio. In: **Repensar la historia de la educación**. Nuevos desafíos, nuevas propuestas. Madrid: Biblioteca Nueva. 2005. p. 103-145.

LAMEGO, Valéria. **A farpa da lira: Cecília Meireles na revolução de 30**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

LEITE FILHO, Aristeo. Heloísa Marinho. In: FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. (Org.). **Dicionário dos educadores no Brasil**. Da colônia aos dias atuais. 2. ed. aum. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: MEC/INEP/COMPEd 2002. p. 244-250.

LEMME, Paschoal. **Memórias 2**. Vida de família, formação profissional, opção política. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: INEP, 1988.

LIMA, Hermes. **Travessia** (memórias). Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974.

LOBO, Yolanda Lima. Cecília Meireles. In: FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. (Org.). **Dicionário dos educadores no Brasil**. Da colônia aos dias atuais. 2. ed. aum. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: MEC/INEP/COMPEd 2002. p. 237-247.

LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães. Uma iniciativa de preservação de documentos escolares. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. (Org.). **Traços da escola: memória e escrita cotidiana**. Rio de Janeiro: DP&A. (prelo).

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da educação**. Rio de Janeiro. DP&A: 2001.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. **Baú de memórias, bastidores de histórias**: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2002.

_____. Artesãos da palavra: cartas a um prisioneiro político tecem redes de idéias e afetos. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. (Org.). **Destinos das letras**: história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: EDUPF, 2002a.

_____. **Papéis guardados**. Rio de Janeiro: UERJ/Rede Sirius, 2003.

_____. Por trás do balcão: os cadernos da coleção cívica da Casa Cruz. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis (RJ):Vozes, 2005. p. 363-378 (v. III, século XX).

_____. O carteiro e o educador: práticas políticas na escrita epistolar. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 10, jul./dez. 2005. (prelo).

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio; CUNHA, Maria Teresa Santos. "Minha vida daria um romance": lembranças e esquecimentos, trabalho e profissão nas autobiografias de professores. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio; CUNHA, Maria Teresa Santos. (Org.). **Práticas de memória docente**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 149-166.

60 _____ . Lugares sociais e inserção profissional: o magistério como modo de vida nas autobiografias de professores." In: ABRAHAO, Maria Helena. (Org.). **A aventura (auto) biográfica**. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2004. p. 267-291.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio; BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos. (Org.). **Refúgios do eu**: educação, história, escrita autobiográfica. Florianópolis: Mulheres, 2002.

MOURA, Lílian. **Querida colega**. Niterói, 2003. (mimeo).

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira**: a poesia da educação. Bragança Paulista: EDUSF. 2000.

PIMENTA, Jussara. Leitura e encantamento: a Biblioteca Infantil do Pavilhão Mourisco. In: NEVES, Margarida de Souza; LOBO, Yolanda Lima; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. (Org.). **Cecília Meireles**: a poética da educação. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 105-120.

PRADO, Adélia. **Cacos para um vitral**. Rio de Janeiro: Rocco. 1988.

OSSANNA, Edgardo O. El problema de la letra en la escritura: la escuela entrerriana a comienzos del siglo XX. In: CUCUZZA, Héctor Rubén; PINEAU, Pablo. (Org.). **Por una historia de la enseñanza de la lectura y la escritura en Argentina**. Del catecismo colonial a la razón de mi vida. Buenos Aires: Miño y Ávila Editores, 2002. p. 213-227.



RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si ou... **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 35-42, 1988.

SOUZA, Elaine Constant Pereira de. **Histórias pedagógicas**: a invenção curricular cotidiana no diário profissional. 2004. 232 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

VIDAL, Diana. Da sonhadora para o arquiteto: Cecília Meireles escreve a Fernando de Azevedo (931-1938). In: NEVES, Margarida de Souza; LOBO, Yolanda Lima; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. (Org.). **Cecília Meireles**: a poética da educação. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2001, p. 81-104.

ZACCUR, Edwiges. Caderno de registros: uma prática pesquisadora. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio; CUNHA, Maria Teresa Santos. (Org.). **Práticas de memória docente**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 34-62.

Ana Chrystina Venancio Mignot
Profª Drª do Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Pesquisadora da Linha de Instituições, Práticas
Educativas e História | Pesquisadora do CNPq
E-mail | acmignot@terra.com.br

61

Maria Teresa Santos Cunha
Profª Drª do Departamento de História da Universidade do Estado
de Santa Catarina e do Mestrado em Educação e Cultura
E-mail | mariatsc@brturbo.com.br

Recebido 2 abr. 2006

Aceito 9 abr. 2006